CONTEXTUS nesp

EDIÇÃO ESPECIAL

CASA COMUM: FORMAÇÃO POLÍTICA DE CRISTÃOS HUMANISTAS

Esta edição de ***Contextus*** apresenta a palestra proferida pela professora Regina Novais no evento de inauguração da Casa Comum – uma escola de formação política de cristãos humanistas, criada pelo Nesp, pela PUC Minas e pela Arquidiocese de Belo Horizonte.

Aquela noite do dia 4 de novembro de 2021 congregou dezenas de pessoas de vários estados do Brasil e outras, em diferentes países – uma *live* que continuou atingindo centenas de outros expectadores nas redes sociais do Nesp e da PUC Minas nos dias seguintes.

Foi um momento de grande alegria pela inauguração de uma escola de formação política que demarca, já em seu nome, um claro projeto de formar cristãos engajados na construção de um mundo inclusivo e mais justo. O espírito da "casa comum" – expressão com que se manifesta um novo projeto para o Planeta e para a humanidade – está profundamente ligado ao novo humanismo proposto pelo Papa Francisco:

> Trata-se, sem dúvida, doutra lógica. Se não se fizer esforço para entrar nesta lógica, as minhas palavras parecerão um devaneio. Mas, se se aceita o grande princípio dos direitos que brotam do simples fato de possuir a inalienável dignidade humana, é possível aceitar o desafio de sonhar e pensar numa humanidade diferente. É possível desejar um planeta que garanta terra, teto e trabalho para todos. Este é o verdadeiro caminho da paz, e não a estratégia insensata e míope de semear medo e desconfiança perante ameaças externas. Com efeito, a paz real e duradoura é possível só «a partir de uma ética global de solidariedade e cooperação ao serviço de um futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira». (**Fratelli Tutti** n. 127).

O tema da conferência de abertura foram as relações entre religião e política em face dos desafios contemporâneos. A Escola Casa Comum nasce comprometida com o ecumenismo, com as novas formas de reconhecimento tolerante e pacífico com que jovens, provenientes de diferentes experiências religiosas, têm demonstrado ser possíveis. Juventude, comunicação, diversidade racial e de gênero, meio ambiente são alguns dos elementos, apontados na palestra inaugural proferida pela professora Regina Novaes.

São temas essenciais de um diálogo inter-religioso – urgente e necessário – entre cristãos e outras matrizes religiosas. A professora chama a atenção também para a urgência de um diálogo entre católicos e a vasta diversidade que, por temerária concisão, costuma-se reunir sob o termo "evangélico".

Destaca-se também a necessidade de se lançar ao diálogo com um enorme contingente de católicos que não são identificáveis nem com o progressismo e nem com o reacionarismo. Ao apresentar essas e outras questões, a professora Regina vai delineando os contornos do vasto campo de ação que se estende diante da recém-criada Casa Comum.

A palestrante daquela noite, professora Regina Novaes, se destaca no panorama intelectual daqueles que refletem sobre as interseções entre religião e política no Brasil. Sua intensa atividade acadêmica é marcada por trabalhos que tratam de temas como os movimentos sociais, a juventude, a religião, a cultura, a cidadania e a violência. Durante mais de dez anos foi editora da Revista Religião e Sociedade, um relevante espaço de reflexão sobre o país. Sua atividade acadêmica foi acompanhada de importantes contribuições, enquanto, por exemplo, presidiu o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE). Prestou consultorias ao PNUD – ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

ASSISTA AO VÍDEO DA PALESTRA

A inauguração da Casa Comum foi transmitida em *live* por meio do YouTube no dia 4 de novembro de 2021, no canal PUC Minas *Lives*.

Além desta palestra, estão registrados também o discurso inaugural do reitor da PUC Minas e bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, assim como o discurso do Padre Paulo Adolfo, coordenador do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara da CNBB (Cefep).

Assista ao vídeo:
https://youtu.be/HELyF8-BN2I

A palestra foi marcada pela simplicidade e pela amizade de quem expressa apreensões e preocupações, mas também pelo afeto de quem compartilha suas convicções. Ao transferir a espontaneidade do discurso da professora Regina para o formato escrito, os esforços para garantir a legibilidade foram indispensáveis. Embora este ***Contextus*** tenha sido submetido à apreciação da autora da palestra, não se pode excluir o risco de que eventuais imprecisões tenham persistido. Em tal caso, a responsabilidade deve ser atribuída aos editores, e não à palestrante.

Reiteramos, publicamente, os nossos mais cordiais agradecimentos à professora Regina Novaes pela valiosa contribuição de suas reflexões na inauguração de nossa Casa Comum. Antes de abrir espaço para a conferência da professora, rememoramos a seguir as palavras de Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, reitor da PUC Minas e bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, com que se inaugura este novo serviço prestado pelo Nesp:

> Nós acreditamos. É a partir da nossa fé que estamos trabalhando essa Escola. E acreditamos também que a sociedade pode melhorar. Concebemos o cristianismo a partir da comunidade, que é aquilo que dá visibilidade à vivência da fé cristã e é potente na sua expressão. Comunidades fortes certamente conduzem para uma sociedade forte. (Dom Mol. Inauguração da Casa Comum. 4 nov. 2021).

RELIGIÃO E POLÍTICA:
DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

REGINA NOVAES

É preciso ter coragem para falar de religião e política para pessoas com experiências de fé e ação, como são vocês. E falar, justamente, na inauguração de uma escola como essa, tão bem-vinda neste momento de retrocesso da democracia no Brasil. Tenho certeza de que a Escola Casa Comum terá um papel muito importante para os católicos, para os cristãos e para todos que acreditam ser possível construir uma sociedade menos desigual e mais justa.

De início, esclareço que falarei sobre as relações entre religião e política a partir do ponto de vista antropológico. Minha proposta é trazer a visão dessa disciplina, de modo a complementar as discussões pastorais, teológicas ou filosóficas e, assim, contribuir com as atividades de formação que vocês vão realizar na "Casa Comum" (um belíssimo nome que retoma um conceito muito forte!).

Com tal objetivo, é preciso reconhecer que a religião é a fonte primeira de todas as formas de pensamento humano, posteriormente desdobrado em áreas de conhecimento que conformaram a Teologia, a Filosofia, as Ciências Sociais, a Antropologia... Em termos históricos, é importante colocar a religião em posição anterior à política. E, assim, reconhecer que o conhecimento humano se diversifica, mas também se expressa através da religião.

Em seguida, cabe lembrar que não é por acaso que, na perspectiva antropológica, ao falar sobre as chamadas "sociedades primitivas", falamos em cosmologias e não em religião. Nessas sociedades, o "ser" e o "crer" estão completamente ligados, imbricados. É nessa imbricação que se ordena a vida, justificam-se os pertencimentos, estabelecem-se as relações entre o profano e sagrado, lida-se com o sobrenatural. Em uma cosmologia, conectam-se o sentido da vida, os mitos, os símbolos, os rituais e, também, as regras da vida coletiva.

Entretanto, no tempo e no espaço, surgiram diferenças e hierarquizações, sociedades dominantes e dominadas, produziram-se as religiões. Revisitando esse panorama histórico, podemos entender por que o antropólogo Talal Assad afirma que foi o Ocidente que separou a religião das demais esferas da vida social. Segundo o autor, alterações históricas envolvidas no processo de produção influenciam também a produção de nosso conceito de religião. Por isso mesmo, pesquisadores tendem sempre a pensar a dimensão religiosa em contexto: em sua relação com a história, com a economia, com a política. Em resumo, para além de ser um espaço de acúmulo de conhecimento e uma rede de significados e símbolos, componentes essenciais da vida humana, a dimensão religiosa se modifica e vem

expressando a *diversidade* da experiência humana (aspecto muito importante para nossa conversa de hoje).

Isso quer dizer que, do ponto de vista antropológico, nunca se discute se uma religião é falsa ou verdadeira. Cada religião expressa condições sociais determinadas que a produziram.

Olhadas desse ângulo, as religiões continuam presentes nas biografias e nas sociedades do século XXI. Presentes na socialização de novas gerações, presentes na sociabilidade cotidiana e em momentos rituais. Convivendo com a política, com a arte, com a ciência, as religiões seguem ofertando um sentido para a vida e também se fazem presentes no espaço público. É verdade que, desde o início da modernidade, busca-se conformar religião e política como esferas distintas, com finalidades e inserções sociais específicas. Contudo, na realidade, a religião nunca ficou no lugar que a modernidade lhe havia reservado: o restrito espaço do privado. De diferentes maneiras e com diferentes intensidades, está presente no espaço público.

MANIFESTO DE INAGURAÇÃO

CASA COMUM – FORMAÇÃO POLÍTICA DE CRISTÃOS HUMANISTAS

A missão da Casa Comum é criar uma rede de aprendizagem para ações políticas pautadas pelas urgências globais do mundo contemporâneo relacionadas à ecologia, à economia, à educação e ao ecumenismo.

A Escola Casa Comum promoverá cursos, oficinas, seminários, palestras e debates além de oferecer assessorias.

Leia o manifesto de inauguração: https://bityli.com/1pXyqd

RELIGIÃO E POLÍTICA: ESPECIFICIDADES E RELAÇÕES DELICADAS

Nunca é demais afirmar que não há como compreender a presença do cristianismo no mundo, sem localizá-lo nas disputas que conformaram a economia e a política no mundo capitalista. Assim como também não é possível entender as fases e os modos de expansão do capitalismo no mundo sem considerar o papel das instituições religiosas cristãs, católicas e protestantes.

Porém, ainda que a religião produza efeitos políticos, a dimensão religiosa não pode ser pensada como uma força política, entre outras. Com seu simbolismo verbal e ritual, além de fornecer sentido para a vida, a religião oferece também consolo para o sofrimento e sentido para a morte. Essa é sua especificidade. Mas reconhecer tal especificidade não significa reificar a oposição entre religião e política. As fronteiras não são estanques: religião e política convivem na vida privada e na esfera pública. Mas justamente para compreender as convergências e as disputas entre religião e política, é preciso atentar para as diferenças existentes entre essas duas dimensões da vida social.

Vejamos um exemplo. Max Weber – pensador alemão, autor de um clássico intitulado "*A ética protestante e o espírito do capitalismo*" (1905) – descreve uma afinidade eletiva entre a moral protestante e o valor que foi conferido ao religioso na conduta capitalista. Certamente, o autor não estava dizendo que o protestantismo teve intenção de sustentar o capitalismo. No entanto, as formas de ação que vão se gestando na conduta econômica cotidiana (em que preceitos religiosos se faziam presentes) fizeram emergir novas estruturas coletivas favoráveis à concepção de trabalho necessária ao advento do capitalismo.

Naquele momento histórico – em que o catolicismo parecia estar mais ocupado com os sacramentos e com a prática de boas ações – a visão calvinista, que nasce com o protestantismo, buscava racionalidade, o que – por sua vez – guardava afinidade com a busca de "secularização", ou seja, o abandono das formas tradicionais de estruturação social baseadas na religiosidade. No entanto, a pesar dessa simultaneidade, a almejada separação entre religião e política não atingiu da mesma forma todos os países, todas as classes, todos os grupos sociais e todas as gerações. E as relações entre estados e religiões se (re)constróem de maneira mútua e constante.

Ainda assim, entre militantes, nas esquerdas e mesmo entre estudiosos, persiste a ideia de que os estados nacionais foram construídos sob um único e mesmo modelo de secularização. Almeja-se uma sociedade em que a religião e a política sejam dimensões totalmente separadas. Afirmar a separação entre a religião e a política e, assim, defender o estado laico faz parte do ideário da democracia. Mas, quando analisamos situações históricas concretas, observamos que se configuram variadas modalidades da presença pública da religião. Frente a tal cenário, as confluências, os encontros e desencontros entre religião e política não podem ser ignorados se quisermos entender a história de diferentes países, do nosso país.

Reapropriações da religião na resistência à ditadura no Brasil

Gostaria agora de trazer um exemplo da variedade de sentidos encampados pela experiência religiosa citando as Ligas Camponesas, movimento agrário que se destacou nos anos que antecederam ao golpe militar que ocorreu no Brasil no ano de1964. As Ligas Camponesas podem ser pensadas como uma reação ao latifúndio que caracterizava a zona canavieira do Nordeste. O latifúndio expressava uma síntese da história do Brasil: patriarcado, escravidão, terra e poder. Por meio das Ligas questionava-se a "lei do patrão", expressão usada pelos camponeses para designar o sistema social que os submetia à exploração econômica e, por meio dos famosos "currais eleitorais", lhes negava cidadania.

Francisco Julião foi um destacado advogado das Ligas Camponesas. Em seus escritos, o advogado destacou a importância que tiveram as igrejas evangélicas entre os participantes das Ligas. Segundo

Julião, os crentes não bebiam e, por isso mesmo, se destacavam em uma região em que a bebida fazia parte das estratégias de sobrevivência masculina naquela vida de exclusão econômica e política. Os camponeses associados às Ligas continuavam bebendo, mas respeitavam um líder que não bebia e, assim, se distinguia. Um exemplo conhecido é o de João Pedro Teixeira, cuja história é contada no filme "Cabra marcado para morrer", dirigido por Eduardo Coutinho. João Pedro Teixeira se torna crente, se alfabetiza para ler a Bíblia, torna-se líder da Liga de Sapé na Paraíba. Segundo Julião, o Código Civil e a Bíblia se completavam para lograr a aproximação dos trabalhadores das Ligas.

Em um de seus livros, Celso Furtado descreve o que significaram aquelas igrejas minoritárias que, no passado, tinham sido combatidas inclusive pela Igreja Católica. Eram igrejas construídas localmente com pastores locais que se tornaram pontos de agregação de camponeses que – tendo acesso à Bíblia – questionavam a "lei do patrão" e lutavam para que chegasse a "lei da nação". A relação que estabeleciam entre religião (a Bíblia) e política (o Código Civil) certamente não está nos manuais de ciência política e nem na maioria dos textos sobre secularização.

Importante lembrar que, naquele momento histórico, a maioria da Igreja Católica era bastante identificada com o latifúndio. Como na época escreveu Julião: "o padre, o juiz, o promotor, o delegado de polícia, todas as autoridades dependiam do grande senhor de terras que rodeiam as cidades". Mas também existia uma corrente católica (geralmente ligada à Ação Católica) na qual os padres eram incentivados a fundar sindicatos rurais, que até ficaram conhecidos como "sindicatos do padre". Tal designação revelava também a autoridade moral dos padres entre os trabalhadores católicos.

De maneira geral, tais sindicatos representavam uma proposta de prevenção às Ligas e de evitação ao Partido Comunista. Mas, na prática, a oposição entre os "sindicatos do padre" e as ligas camponesas nem sempre funcionou. Eu mesma entrevistei várias pessoas que participaram das duas formas de organização. Ou seja, para falar sobre a relação entre religião e política, é importante atentar para vivências/experiências inéditas que, em determinadas conjunturas – principalmente em situações de agravamento de carências econômicas e/ou de intensificação de lutas por reconhecimento político –, desafiam classificações prévias e intenções institucionais.

Em certo sentido, podemos dizer que alguns dos padres que fundaram os sindicatos do Nordeste foram precursores do que veio a acontecer, sobretudo depois do Golpe, a partir dos anos de 1970, sob a inspiração da Teologia da Libertação. De fato, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram papel fundamental na luta pela terra naquela mesma região do país. Lembro aqui de uma notícia de um jornal paraibano que estampava, na primeira página, uma foto na qual Dom Marcelo Carvalheira, Dom José Maria Pires e Dom Hélder Câmara "tocavam o gado" que destruía os roçados dos agricultores na Fazenda Alagamar, palco de um conhecido conflito pela terra no estado da Paraíba nos anos finais da ditadura militar.

ENTRE A INSTITUIÇÃO E A UTOPIA: VELHOS E NOVOS DESAFIOS DO CATOLICISMO NO BRASIL

As relações entre religião e política sempre comportam tensões e desafios. O conservadorismo ou a acomodação predominante no curso da história não excluem a possibilidade de que ocorram reapropriações de símbolos, narrativas e utopias presentes no mesmo universo religioso.

O catolicismo no Brasil – visto como fonte de sentido e como lugar, socialização e sociabilidade, teve um papel na legitimação das dominações presentes no patrimonialismo, no clientelismo, no coronelismo e, sobretudo, no escravismo que foi elemento constitutivo da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, porém, seus símbolos – longe de serem aprisionados – foram reapropriados também para gerar reações e questionamentos à dominação historicamente estabelecida.

Mas se é verdade que oficialmente houve um apoio da Igreja/instituição ao golpe militar de 1964, no momento seguinte a mesma Igreja (aproximando-se mais da instituição milenar da utopia da comunidade cristã) tornou-se apoio fundamental para diferentes setores da sociedade que se opunham à violência instaurada pela ditadura. Importante lembrar que naqueles anos o Brasil conheceu um inédito crescimento econômico fundamentalmente ancorado numa grande concentração de renda e no endividamento externo. Nesse cenário, foram aparecendo formas de contestação do regime: o movimento operário, o movimento estudantil, a campanha pela anistia de presos e exilados políticos, a fundação do Partido dos Trabalhadores.

Porém, sem os quadros das Comunidades Eclesiais de Base, a história não teria sido a mesma. Creio que neste momento de fundação desta Casa Comum, vale lembrar o papel desempenhado por setores e entidades ligadas à Igreja Católica na *formação* de lideranças de lutas urbanas e rurais e de quadros para o Partido dos Trabalhadores. De fato, são muitos os exemplos de situações em que valores e conexões religiosas contribuíram para o engajamento em lutas por reconhecimento político e direitos sociais.

O que dizer do momento atual? De um lado, temos movimentos pastorais católicos que publicamente se posicionam (presencial e virtualmente) contra a situação dos trabalhadores no campo, dos povos indígenas, da pobreza urbana, enfim sobre a falta e perda de direitos de cidadania. De outro, se manifestam católicos que apoiam publicamente o atual governo e suas ideias, trazendo à tona ideias conservadoras que encontram eco na população brasileira. Ambos os lados podem ser vistos como "minorias ativas", pois têm menos peso estatístico do que um contingente bastante grande de católicos que – por diferentes motivos – não se faz presente nos posicionamentos que envolvem religião e política. Nas eleições de 2018, o voto dessa maioria católica mais silenciosa distribuiu-se entre diferentes partidos, mas somou-se particularmente ao voto da minoria católica ativamente conservadora que atuou espalhando o medo das mudanças que poderiam vir da "esquerda", sobretudo por meio da "ideologia de gênero".

Hoje a pergunta é: como fazer com que esse conjunto de católicos que não faz parte de nenhuma das duas "minorias ativas", acima citadas, torne-se também um público para uma escola de formação política como a Casa Comum? Certamente na maioria católica mais silenciosa encontramos valores e atitudes ambíguas e ambivalentes. Ocupados em sobreviver, são muitos os que não tiveram e nem têm acesso a uma formação política que se possa chamar nem de conservadora nem de progressista. Ou seja, o binômio conservador/progressista não é útil para descrever toda a população. Esse aspecto deve ser levado em conta em uma escola de formação política.

Uma escola de formação pode ser um importante lugar de formulação de novas perguntas sobre a relação entre religião e política. O lado teológico é importante, esse alimento de fé que a Casa Comum pode dar. Mas ela pode também dar, como alimento, novas questões que façam diminuir os preconceitos historicamente naturalizados. A questão, hoje, é como formar para a valorização da diversidade. Preconceitos e discriminações causam sofrimentos entre pessoas que carregam consigo várias marcas de desigualdades sociais e de diferenças, tais como raça, etnia, identidade de gênero e orientação sexual.

Além disso, uma escola de formação política pode também ser um lugar de questionamento de outros preconceitos naturalizados entre os próprios formadores. Mesmo não caindo no equívoco de separar artificialmente a religião e a política, por vezes os "cursos de formação" trazem consigo idealizações sobre essa relação. Buscando o "militante ideal", deixam-se de lado oportunidades de diálogo com "pessoas comuns", cujas características não se encaixam no modelo esperado. Isso pode fortalecer – mesmo que indiretamente – "intolerâncias" políticas e religiosas.

É verdade que as pastorais católicas acumularam experiências em lutas agrárias, demandas urbanas, questões indígenas, entre moradores de favelas. Mas é preciso atualizar essas experiências de maneira a incorporar mudanças que aconteceram a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Tais tecnologias diminuíram o tamanho do mundo e aumentaram as frentes de disputas (religiosas e políticas) por corações e mentes. Frente a esse novo cenário, a grande questão dos dias de hoje é a comunicação: com que linguagem é possível nos aproximar mais do grande contingente de habitantes das favelas, dos conjuntos habitacionais, das periferias?

EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS ENTRE OS POBRES E NAS PERIFERIAS: PERCURSOS E DIFERENCIAÇÕES

No Brasil, por muito tempo protestantes de Igrejas históricas aqui chegaram por meio de migração ou em missão religiosa. Eram vistos como "minorias religiosas" com pouco crescimento no país dominantemente católico. Tudo mudou depois da chegada dos pentecostais no início do século XX. Sobretudo nos anos 1950 e 1960, renovados pela crença nos dons do Espírito Santo, munidos de ofertas de

êxtase, com seu ativismo religioso e com a ajuda de estações de rádio, cresceram muito. Templos e denominações pentecostais se espalharam pelo país, ganhando adeptos principalmente nas classes populares. A partir dos anos 1970, surgiram igrejas mais midiáticas e menos exigentes em termos de costumes que foram designadas como "neopentecostais".

De início, apesar de exemplos históricos de participação política (como aquele que lembrei a pouco das Ligas Camponesas), de modo geral os "crentes" eram vistos como "alienados". Pentecostais à espera de uma segunda – e iminente – vinda de Cristo diziam-se "apartados das coisas do mundo". Com o passar do tempo, apesar da importante presença de grupos ecumênicos e de protestantes progressistas na resistência à ditadura, ficaram todos genericamente conhecidos como "evangélicos" e identificados como conservadores.

Para essa última caracterização, certamente contribuíram os integrantes da bancada evangélica que, a partir do início dos anos 2000, no momento posterior à promulgação da Constituição Federal (1988), além de defender interesses de suas denominações e Igrejas, destacaram-se na batalha contra os direitos da população LGBT e contra a descriminalização do aborto. Sua visibilidade foi crescendo na medida em que católicos, espíritas e algumas lideranças das religiões de matriz africana – embora tivessem ideias conservadoras semelhantes – não se manifestavam publicamente com a mesma veemência. Assim, os chamados "coronéis da fé" ganharam espaço na mídia e diziam falar por todo o "povo evangélico". A eles muito interessa generalizar.

É verdade que na eleição de 2018, um número significativo de evangélicos votou no atual presidente da República. Feitos os devidos cruzamentos permitidos pela Estatística, constatou-se que os eleitores evangélicos estavam entre os mais pobres e nas periferias. Ou seja, eram votos de brasileiros pobres, mulheres, negros e também evangélicos. Não apenas "evangélicos" e ponto. O perfil desses votantes é composto de um conjunto de marcadores sociais. Mas são evangélicos que, como a maioria da população brasileira, nem sempre podem ser olhados apenas pela chave de leitura que opõe conservadores e progressistas.

Mas como é interessante observar, notadamente após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o termo "neopentecostais" tem sido muito utilizado na mídia e no campo progressista como sinônimo de conservadorismo político. Deixou de ser uma classificação que aponta tanto para a doutrina do Espírito Santo, quanto para um modelo de Igreja mais recente e midiático e foi se tornando um sinônimo de sustentação ideológica/religiosa do atual governante do país.

No entanto, o professor Alexandre Brasil, da UFRJ, quando analisou o círculo mais próximo de evangélicos apoiadores do governo Bolsonaro, notou que esses não se circunscrevem às igrejas neopentecostais. Silas Malafaia é da Assembleia de Deus, que não é neopentecostal. O ministro da educação não é neopentecostal nem pentecostal, é um evangélico histórico. Tampouco a ministra Damares Alves é neopentecostal. Circunscrever o problema do atual retrocesso político ao "neopentecostalismo" é economizar reflexão. Esse "diagnóstico" deixa de lado tanto as afinidades políticas conservadoras que

podem existir entre históricos, pentecostais e neopentecostais, bem como serve para silenciar pessoas e grupos com posicionamentos políticos progressistas que existem nesses mesmos segmentos religiosos.

Enfim, ao não observar a diversidade evangélica, acabamos por atribuir poder e legitimidade àqueles que pretendem falar pela totalidade dos evangélicos. Nesse sentido, observar o que ocorre entre a juventude evangélica é uma maneira de renovar visões e conhecer mais nosso país. Pesquisas qualitativas têm nos ajudado a conhecer jovens que questionam seus pastores sobre o dízimo, sobre usos e costumes, sobre modalidades de ação social, sobre ideias negacionistas.

Há jovens que mudam de Igreja ou mudam de denominação. Outros seguem sua fé sem vínculos institucionais e se autodenominam "desigrejados". Esses, não abrem mão de sua fé e nem se distanciam do "estilo evangélico" presente nas músicas, nos programas de TV, nas redes sociais, em eventos públicos... Ao definir seus votos, a religião torna-se um elemento ao lado de outros que compõem suas diversificadas referências de vida.

Também entre os jovens evangélicos existem "minorias ativas" que estão disputando com os conservadores o que é "ser evangélico" no Brasil de hoje. São jovens que vêm questionando as injustiças do mundo através dos valores de sua religião. Eles e elas estão presentes em movimentos de mulheres, em espaços de reações ao racismo, em redes a favor da diversidade de orientações sexuais, em igrejas inclusivas. Por meio da afirmação de sua identidade evangélica, criam redes específicas de intercâmbio e convencimento. Mas, por vezes, sofrem preconceitos no campo progressista, sobretudo em espaços de esquerda, nos quais são olhados com desconfiança justamente por se identificarem como evangélicos.

Na última eleição municipal, na qual houve cerca de duzentas candidaturas provenientes da Pastoral da Juventude católica, jovens evangélicos também participaram da disputa em partidos considerados progressistas como o PT e o PSOL. E não foram poucos seus embates virtuais com seguidores dos "coronéis da fé", que buscaram desqualificar suas candidaturas por meio de expressões de ódio.

CONTRA O RACISMO E EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE: BASES PARA UM DIÁLOGO ECUMÊNICO

No mundo contemporâneo o político é visto como lugar da razão e da vida pública, já a religião é vista como expressão do simbólico circunscrito à vida privada. Na prática, são muitos os exemplos de que a religião frequenta a esfera pública e participa também das disputas políticas. Ao mesmo tempo, a política não é feita só de razão prática, pois os recursos do fazer político, muitas vezes, provêm do campo religioso. Ou seja, símbolos religiosos se inserem nas questões humanas e têm sido muito aproveitados para fins políticos.

Um exemplo: no século XX, em diferentes lugares do mundo, grupos cristãos ecumênicos se articularam para intervir em situações de pobreza e de opressão política. Posteriormente, vieram as iniciativas de "diálogo inter-religioso" que – também com o objetivo de interferir nos rumos de desenvolvimento da sociedade – incorporaram outras tradições religiosas. Tais iniciativas ecumênicas e de diálogo inter-religioso geralmente provinham de elites progressistas, de pessoas estudadas que, percebendo a importância de estarem juntas para firmar valores religiosos, criaram movimentos internacionais com ramificações em países sul-americanos. No Brasil, o movimento ecumênico teve um papel bastante importante durante a ditatura militar, inclusive criando organizações não governamentais e publicações que compuseram a resistência ao regime militar.

No momento atual podemos dizer que estão em curso novas experiências ecumênicas e de diálogo inter-religioso. São experiências que reúnem evangélicos ou católicos, adeptos das religiões afro-brasileiras. Entre elas, observa-se o surgimento de um certo "ecumenismo pela base" sobretudo entre jovens que se autodenominam "periféricos". São jovens que transformaram o estigma presente na definição de "periferia" em um emblema que impulsiona ações políticas entre pessoas de diferentes religiões. A possibilidade dessa articulação se construiu, principalmente, através da questão racial e a questão ambiental. Vamos por partes.

Ao falar racismo, temos de falar de religiões afro-brasileiras (e vice-versa). Sabemos que as estatísticas sobre participantes das religiões afro estão longe de representar sua realidade, porque boa parte dessa população se declara católica. Esse duplo pertencimento reflete uma convivência considerada natural (sou católica e sou do candomblé, dizia uma conhecida mãe de santo). Mas, também, revela uma estratégia de silenciamento para fazer face à repressão das autoridades públicas que houve no passado e aos preconceitos e discriminações que ainda estão presentes na sociedade brasileira.

Já nos dias atuais, o combate ao racismo também tem resultado em novas aproximações e adesões às religiões afro. Registrei trajetórias de jovens que foram formados pela pastoral da juventude e que, ao se assumirem como negros, se sentiram impelidos (ou motivados ou encantados) a se juntar às religiões afro-brasileiras. Por outro lado, ao mesmo tempo, jovens católicos e evangélicos que querem combater o racismo tornam-se mais abertos para dialogar entre si e com jovens ligados à ancestralidade africana.

Dessa forma, assistimos a uma nova confluência entre o religioso e o político, na qual se tornam possíveis as ações conjuntas contra o racismo, realizadas por adeptos de diferentes religiões. Tal confluência acontece a partir da pergunta: o que podemos fazer juntos nessa sociedade excludente atravessada pelo racismo? A palavra mais usada nesse contexto atual é "diversidade". Ou seja, sem que se use necessariamente a palavra "ecumenismo" ou a expressão "diálogo inter-religioso", hoje a questão racial no Brasil impulsiona uma perspectiva ecumênica.

Esse tipo de ecumenismo se expressa por meio da comunicação presencial e virtual. Nas redes sociais, podem-se observar jovens de diferentes denominações pentecostais e jovens católicos citando os

mesmos trechos da Bíblia para questionar o racismo. Muitas vezes, o experimento ecumênico se dá a partir de uma violência como, por exemplo, diante da morte de um jovem negro pela polícia. Começam a protestar nas redes e vão se encontrando e percebem que têm religiões diferentes, mas valores próximos. Nessa versão ecumênica, o que tem funcionado é a valorização da diversidade e o exercício da alteridade, ou seja, a possibilidade de ver/escutar o outro sem buscar convertê-lo.

Outro tema gerador de ecumenismo é a defesa do meio ambiente. Essa geração foi socializada em um tempo pós-descoberta da ecologia. O jovem já nasce com medo da falta d'água e das mudanças climáticas, isto é, já tem uma consciência muito maior sobre a destruição do meio ambiente. Se o racismo retoma a história passada de uma sociedade escravista, a questão do meio ambiente joga para o futuro, torna-se um desencadeador da utopia. A pergunta sobre o que se pode fazer juntos pelo meio ambiente também tem gerado um espaço importante para uma renovação da perspectiva ecumênica, para novos diálogos inter-religiosos.

Assisti a um encontro virtual há poucos dias em que uma jovem indígena falava sobre sua cosmologia, sobre o sagrado presente na natureza, na floresta. Na mesa de discussão havia também um jovem católico, uma evangélica e uma da Umbanda. Em comum: todos interessados na possibilidade de se construir o bem comum e evitar uma destruição ainda maior da natureza. Juntos, produziram um momento ecumênico profundo ultrapassando divisões religiosas e criando uma possibilidade de uma conexão política.

CASA COMUM: MUITAS POSSIBILIDADES, NOVOS DESAFIOS

Estamos vivendo um momento difícil no Brasil. Um dos caminhos para fazer face ao retrocesso de nossa democracia é ampliar o conhecimento das dinâmicas que ocorrem entre atores pouco visíveis na sociedade, no debate público. Para questionar generalizações apressadas e desnaturalizar noções preconceituosas correntes, é preciso encontrar a linguagem adequada. Comunicarmo-nos fora de nossas bolhas precisa ser prioridade quando pensamos em "formação política". Assim também, para inovar a "formação", poderíamos ouvir experiências de famílias plurirreligiosas que cada vez mais convivem nos territórios periféricos.

Para tudo isso será importante ouvirmos os jovens. Eles e elas – que já nasceram e foram socializados interagindo com as novas tecnologias – podem ajudar a delinear conteúdos e formas de transmissão para que se realizem atividades de formação nos moldes do século XXI. Para que a formação seja transformação – "paulofreireanamente" falando – temos de escutar o que os jovens têm a dizer.

Na mesma perspectiva, certamente a Casa Comum saberá se nutrir da "cultura periférica" que vem sendo acumulada nas últimas décadas. É grande a produção do movimento hip hop, da literatura de periferia, dos poetas de saraus, *slans*, grupos de poesias. Nessa produção observa-se muitos entrelaçamentos entre crenças religiosas e posicionamentos políticos.

Tais experiências podem oferecer elementos para novas metodologias no campo da formação política. E, talvez, também possam nos ajudar a encontrar caminhos de comunicação – para ouvir e para falar – com aquela parte da população periférica que os "coronéis da fé" dizem representar. Para tanto, são muitos os obstáculos a serem transpostos em termos religiosos e políticos.

Certamente existem acúmulos de experiências de "educação popular" que representam um importante legado que não deve ser esquecido. Mas é preciso saber trazer inovações em termos de linguagem e de comunicação que realmente integrem possibilidades virtuais e presenciais. O virtual não é um mero complemento do presencial. Sabemos o peso que a comunicação nas redes e no *whatsApp* tem hoje na veiculação de notícias político-religiosas. Nesse sentido, dois tópicos devem fazer parte da "formação": 1) como lidar com fakenews e 2) como potencializar a internet em favor das causas democráticas.

A Casa Comum tem muito a fazer. Por isso mesmo, é necessária e bem-vinda. Seu desafio é pensar a formação levando em conta as mudanças sociais em curso. Um caminho pode estar no reforço das pautas que unem, como o combate ao racismo e a defesa do meio ambiente. Mas, no processo de formação é importante também enfrentar temas espinhosos. Muitas vezes evita-se conversar sobre o que é menos consensual, como, por exemplo, evita-se a discussão sobre descriminalização do aborto ou sobre a existência de diferentes orientações sexuais. Isso acontece não só por preconceito ou por falta de boa vontade. Muitas vezes, evitam-se tais assuntos por susto, medo e insegurança. Mas o que se espera de um processo de formação política é também um aprendizado sobre como lidar com discordâncias e controvérsias.

Termino mencionando o jovem Murilo Araújo que tem um canal no *YouTube* chamado "Muro pequeno". Murilo teve sua formação na Pastoral da Juventude, é negro, é gay. E ele diz: "a esquerda tem que me aceitar como eu sou. Eu sou católico e quero continuar sendo católico. E a minha igreja tem que me aceitar como eu sou. Eu sou negro, sou gay, sou periférico e sou católico". Essas questões ligadas a identidades sexuais são questões difíceis. Não são fáceis, inclusive para os pais, para os mais velhos, para os adultos. Mas são questões para as quais, se nos abrirmos à escuta, vamos encontrar saídas. Aliás, o Papa Francisco já deu o caminho.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva da Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria de Monitoramento de Agentes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205
30.535-901 - Belo Horizonte – MG
Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp poderá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASPAM
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves